

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: 20

Data: 27.09.80

Pg.: 20

Dos leitores

OESP "O irresponsável privilégio indígena"

22/09/80

Sr.: Um editorial de 04.09.80 toma o trágico massacre praticado pelos índios Calapó-Gorotire como ponto de partida para preconizar nova política indigenista neste país. Era sugerido no texto que se deveriam rever os "privilégios" das comunidades indígenas; entenda-se a garantia (infelizmente, sabemos nós, apenas legal) de suas terras e a sua relativa incapacidade civil que lhes confere imunidade diante da lei dos brancos. Reservamo-nos o direito de analisar em outro lugar o alcance da argumentação do editorialista, que, diga-se de passagem, apregoa uma política que desembocaria em tragédias de ainda maiores proporções do que as atuais. Como, no entanto, o editorial pretende formar uma opinião no público, mas articula seu raciocínio apoiando-se em informações inexatas, tirando assim conclusões infundadas, para não dizer tendenciosas, pretendemos refutar aqui os pontos que levanta.

Afirma o editorial que "o massacre calapó põe em dúvidas a atual política indigenista". Realmente, mas certamente não no sentido perseguido pelo editorialista. Pois, se é preciso "conter ou mesmo corrigir", resta sobretudo a necessidade de apurar as responsabilidades pela atual situação de caos e de insegurança que cerca numerosos grupos indígenas cujas terras são objetos de esbulho, escudado em documentos fraudulentos (ao estilo daqueles que uma série recente neste jornal mostrou serem habituais na ocupação da Amazônia nos anos recentes) e em práticas espoliativas costumeiras não apenas contra índios, mas também contra os posseiros pobres que ocorrem à região em busca de terra.

Adiante afirma o editorialista: "recordar os erros praticados ontem por uma minoria, para justificar, hoje, os erros de grupos inteiros de algumas comunidades indígenas é apostar no absurdo" (grifos nossos). Ora, os erros não são de ontem, o processo é hoje mais do que nunca acelerado e não por obra de uma minoria, mas por quem manda neste país, ou seja, os grandes grupos econômicos.

Os indígenas seriam "privilegiados" mas "pobres", prossegue o autor do infeliz editorial, supostamente porque "a falsa visão antropológica e política não lhes pode ensinar métodos novos de caça ou cultura, porque isto seria 'ferir' as raízes da cultura indígena". Isto é desconhecimento tanto da antropologia quanto da política. A antropologia sabe perfeitamente que não se imobiliza uma cultura sem matá-la. Toda cultura é viva e em constante modificação. Respeitá-la, como querem os antropólogos, não é petrificá-la, mas permitir que siga seu curso e seu ritmo próprios. (Essa é também a visão daqueles que, sem serem antropólogos, colocam-se na sua prática diária a serviço dos interesses indígenas.) Todo índio que pode caça com espingarda e não com arco e flecha. Se há algo a lamentar, é que isso esteja ligado à rarefação da caça, incompatível com o avanço do gado. (Não sei a esse propósito de onde o editorialista tirou a acusação de que "os índios acuam a caça com fogo numa atividade predatória que incendeia bosques e florestas". Não há base etnológica para essa afirmação. No passado, alguns grupos caçavam ocasionalmente assim nos campos, nunca evidentemente nas florestas quando mais não fosse por ser impraticável. Ao que me consta, aliás, não são os índios que estão desmatando a Amazônia. Até hoje, pelo menos, após habitá-la imemorialmente, não conseguiram essa façanha.) Quanto à política da Funai, preocupada em usar terras e mão-de-obra índias em projetos empresariais — em vez de apoiar iniciativas que dariam condições de autonomia econômica às comunidades e lhes permitiriam escapar ao paternalismo —, suas preocupações com a "preservação da cultura" parecem no mínimo remotas. Não se confunda a Funai com a Funarte.

No entanto, prossegue o articulista, "nossos vícios" já lhes foram incutidos, entre eles a "vingança organizada". Casuística curiosa essa, diríamos, que consiste em assumir a paternidade do delito para estender aos índios os rigores da

lei dos brancos. Ou melhor, privilegiá-los com a frieza dessa lei que se reserva aos inimigos.

Segundo o editorial, a chacina ocorreu numa fazenda próxima à área indígena, mas fora dela. O leitor desprevenido é assim levado a crer numa desmesurada ambição indígena, que os tornaria de fato semelhantes aos nossos latifundiários sempre prontos a abocanhar mais e mais terra. Mas as circunstâncias e o histórico do ataque Gorotire que foram bem divulgados no mesmo jornal são aqui omitidos significativamente. Segundo o representante enviado à região pelo Conselho de Segurança Nacional, citado em *O Estado de S. Paulo* (05/09/80), muitas fazendas construíram suas sedes fora dos limites das reservas, mas aos poucos vão abrindo pastos nas terras dos índios. Além disso, a própria Funai reconhece a existência de certidões negativas no mínimo problemáticas por ela expedidas. Os próprios fazendeiros queixam-se de que a Funai não demarca claramente as terras. Na área Gorotire, iniciavam-se trabalhos de desmatamento para formação de pastagem, correndo na região o rumor sobre a chegada iminente de 1.800 homens para essa tarefa, prosseguindo o trabalho já iniciado há dois meses e obstado pela pressão Gorotire.

O editorial conclui perguntando o que gerou tudo isto e desautorizando os políticos "matreiros" que "sem nunca terem convivido com os indígenas, demagogicamente se apresentam como seus defensores". Curiosa miopia a de não ver que a questão indígena é, como tantas outras, um problema político que diz respeito a toda a Nação e não apenas aos que convivem com os índios. E se matreirice e demagogia houve seria a do editorialista, que apela para uma peculiar concepção democrática: que se nivelem todos por baixo, que os índios percam suas terras, suas particularidades, que venham enfim — há quanto tempo os esperávamos — para o banco dos réus. A questão indígena torna-se caso de polícia (como se afirmou no início do século acerca de outra "questão", a questão operária).

Não parece ter ocorrido ao autor que as trágicas chacinas praticadas sobre inocentes pelos Txukarramãe e pelos Gorotire são uma estratégia talvez suicida porém alternativa às estratégias de autodefesa empregadas por outros grupos indígenas na sua luta pela terra. Nesses outros grupos, a defesa da própria terra já levou em menos de um ano à morte de cerca de trinta índios (JB,9/8/80): os mais conhecidos eram

Angelo Pereira Xavier, cacique Pankararé, e Angelo Cretã, cacique Cainganguê.

Para concluir, o leitor é assim levado por linhas tortas — onde nem Deus consegue escrever direito — a concluir por si mesmo: não há por que se manter "o irresponsável privilégio indígena". Está aí dada a caução necessária às alas mais antiindígenas deste país e ao velho projeto de emancipação que insidiosamente volta à ordem do dia, após ter sido repudiado pela opinião nacional. Está dado o pretexto aos que queriam a revanche. O deputado Hélio Campos (PDS/RR), famoso por ter proposto a deportação dos índios habitando a faixa de 150 km ao longo da fronteira por motivos de segurança nacional (o que implica, claro, que para o deputado os índios não são brasileiros), aproveita o ensejo para uma nova ofensiva (*Oesp*, 12/9/80). Por sua vez, anuncia o presidente da Funai que o governo congelou qualquer retificação de reserva, pois isso só aumentaria os conflitos (*Oesp*, 5/9/80). Basta lembrarmos as espoliações contra as quais estão protestando os Caingangue de Mangueirinha, no Paraná, e os Cricati, do Maranhão, para citarmos apenas dois casos mais conhecidos, para vermos o que a medida significa e a quem favorece.

É estranho que o editorialista não perceba que o apregoado "privilégio irresponsável" é o minguado retorno concedido aos índios em troca de uma expropriação de quase cinco séculos. É o saldo que lhes resta de seus direitos, e, embora saldo, é portanto direito e não privilégio.

Espero, senhor editor, que a tradição de *O Estado de S. Paulo* garanta a publicação na íntegra desta carta. **Dra. Manuela Carneiro da Cunha**, presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

N. da R. — A missivista atribui gratuitamente ao editorial de *O Estado* conceitos que nele não constam e intenções que ele não exprimiu. Ao contrário de que a carta maliciosamente insinua, não apregoamos nenhuma caçada aos indígenas, nem o esbulho de suas terras. Muito menos avalizamos as alas antiindígenas que, em momentos, chegaram a formular propostas absurdas e demenciais, como a do deputado Hélio Campos, do PDS, de deportação dos silvícolas da faixa de fronteira, em nome de supostos princípios de segurança nacional. Assim, a carta da presidenta da Comissão Pró-Índio de São Paulo não refuta nosso editorial. Refuta, isto sim, as idéias que ela própria subjetivamente fantasiou sobre nosso editorial. A miopia não está no que dissemos,

mas na leitura feita sobre o que dissemos.

Nosso pensamento sobre a correta política indigenista não é idêntico ao da dra. Manuela, e é bom e lícito que não o seja. Como muita coisa neste país, também o indigenismo está evadido de visões fundadas no preconceito, não no debate. E era o debate aberto que pedíamos, já na primeira frase do editorial, ao afirmar que os massacres exigiam que se refletisse com isenção e sem preconceito sobre a situação dos silvícolas. A missivista parece pretender culpar nosso editorial por todos os erros acumulados em quase cinco séculos de política indígena errônea, e que errou tanto no esbulho, no crime ou no autoritarismo de ontem quanto na cobardia de alguns ou no paternalismo do Estado, de hoje, em que procuramos apagar nossas culpas do passado tornando o índio um marginal intocável. Ou um privilégio pobre.

Diz a carta não haver "base etnológica" para afirmar que alguns índios acuam a caça com fogo, incendiando bosques. Há, porém, base testemunhal. Narrou-se o fato como exemplo da ligeireza de algumas falsas visões de preservação da cultura indígena, que não lhes permite ensinar métodos de caça ou cultivo, mas admite que (como dizia o editorial) cheguem aos índios os vícios ou deformações da "sociedade branca", desde a cachaça e a cerveja até a agressão física ou a vingança organizada. A missivista leu e não entendeu. Nossa visão pluralista faz-nos, contudo, ver a carta como uma contribuição ao debate do problema. Surpreende-nos, porém, a irritação da missivista pelas críticas que fizemos à demagogia dos políticos matreiros ao tratarem do problema indígena. Mas damos à dra. Manuela o direito de os defender, embora sem o nosso aval.